OS DESAFIOS DO DIREITO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DE 2024: INTERAÇÕES ENTRE SOCIEDADE, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

Autor(res)

Katellen Lorraynne Lopes Freire
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O cenário político brasileiro em 2024 apresentou desafios complexos devido às rápidas transformações sociais, tecnológicas e institucionais pelo qual o país vem passando. As leis eleitorais, enquanto instrumentos de regulação do pleito, necessitarão de se adaptar às novas demandas da população, respeitando escrupulosamente os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estado Democrático de Direito. Este estudo busca explorar o papel do direito eleitoral na mediação das aspirações do Estado e da sociedade civil, realçando a importância do texto constitucional enquanto baliza intocável para a democracia.

Objetivo

Analisar os desafios do direito eleitoral nas eleições de 2024, focando na interação entre sociedade, Estado e Constituição e como essa relação pode garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Material e Métodos

A metodologia utilizada neste estudo será qualitativa, através de uma revisão exaustiva da bibliografia e análise aprofundada de decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Adicionalmente, artigos doutrinários sobre a evolução do direito eleitoral e suas interações com o processo político serão minuciosamente analisados. O enfoque será na aplicação constitucional nas eleições de 2024, considerando os efeitos das recentes alterações legislativas. Análises preliminares sugerem que as mudanças legislativas poderão ter implicações significativas no pleito.

Resultados e Discussão

O estudo constatou que o direito eleitoral se defronta com desafios em áreas como a regulamentação das redes sociais, financiamento de campanhas e a proteção contra a desinformação. A sociedade desempenha um papel crucial na fiscalização do processo eleitoral, enquanto o Estado deve assegurar a aplicação imparcial das normas.

A Constituição permanece como o alicerce que garante o equilíbrio entre liberdade de expressão, transparência e integridade do processo eleitoral. Algumas questões exigem ponderação mais aprofundada, como a moderação de conteúdos nas plataformas virtuais e a transparência na origem de recursos voltados às campanhas.

Conclusão

Concluimos que, o sucesso das próximas eleições está atrelado à melhoria contínua das leis eleitorais e ao fortalecimento da conexão entre cidadãos, governo e Constituição, garantindo um processo democrático justo e legítimo. Isso envolve analisar os resultados anteriores para identificar vulnerabilidades e promover a educação cívica, incentivando a participação de todos na política nacional.

Referências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html
https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/doutrina